

3

METODOLOGIA

A retórica é a face significativa da ideologia
Roland Barthes

3.1

Introdução

Nesta tese, adotei a perspectiva da Lingüística Sistêmico-Funcional (LSF) como arcabouço teórico-metodológico para a análise e descrição do uso do verbo ‘ser’ como verbo principal, em artigos de opinião e editoriais jornalísticos. A escolha pela LSF está relacionada com minha intenção de verificar o aspecto funcional da linguagem, no que se refere ao uso do verbo ‘ser’, porque me alinho com a concepção de que a linguagem

é como é por causa das funções que desenvolveu para cumprir na vida das pessoas: é de se esperar que as estruturas lingüísticas possam ser compreendidas em termos funcionais [...]. Essa compreensão envolve a difícil tarefa de focar a atenção simultaneamente no atual e no potencial, interpretando tanto o discurso, quanto o sistema lingüístico que o subjaz em termos de rede infinitamente complexa de potencial de significado [*meaning potential*] que é o que chamamos de cultura (Halliday, 1978, p.4-5).

Isto significa dizer que investigarei o que acredito que o falante/escritor esteja querendo dizer e significar com base na opção formal estrutural escolhida para realizá-lo. Dessa forma, o enfoque analítico será, portanto, na investigação do uso da linguagem em condições reais de ocorrência, ou seja, em textos, pois, na perspectiva aqui adotada, deve-se estudar textos em contextos de situação. Nas palavras de Halliday & Matthiessen (2004, p.33-36),

o texto é a forma de dados usados para a análise lingüística; toda a descrição de gramática está baseada em texto.[...] O *corpus* é fundamental para o empreendimento de teorização da linguagem.

E, ainda, segundo esse autor, a descrição lingüística se baseará na teoria de significado como escolha,

através da qual a linguagem, ou qualquer outro sistema semiótico, é interpretado como redes de opções entrosadas: ou isto ou aquilo, ou o outro, ou mais como este ou mais como aquele, assim por diante (Halliday, 1994, p.xiv).

A descrição lingüística considerará a estrutura da linguagem como uma opção da relação entre a semântica e a léxico-gramática¹, mostrando-a ancorada como um todo na realidade de seus usuários (Hasan, 1996, p.105), ou seja, ancorada no contexto de cultura e no contexto de situação desses usuários. Isto significa que as ocorrências do verbo ‘ser’ serão analisadas em relação ao sistema de significados ligados à função ou à necessidade social – intenção – a ser desempenhada, pois na GSF, a estrutura “é analisada em termos funcionais, explicando a parte desempenhada por cada elemento na configuração orgânica do todo” (Halliday & Matthiessen, 2004, p.33).

Partindo então da perspectiva de linguagem desenvolvida no Capítulo II, o ambiente teórico em que se insere esta tese exige que se enfoque a linguagem neste arcabouço teórico-metodológico para a análise e descrição do verbo ‘ser’, nos artigos de opinião e editoriais jornalísticos, pois ela desata a reflexividade entre o social e o semiótico, entre o contexto de situação e a léxico-gramática e fornece as ferramentas para desembaraçar a realização e o mapeamento de significados no sistema léxico-gramatical.

As habilidades e estratégias comunicativas são abordadas e analisadas tendo como pano de fundo o contexto sócio-cultural em que ocorrem, pois o texto é criado dentro desse contexto.

A abordagem escolhida buscará descrever e analisar as realizações lingüísticas do verbo ‘ser’ no *corpus* escolhido para esta tese. Eu o farei em termos de combinações de constituintes gramaticais motivados funcionalmente na gramática e seu uso como estratégias para a expressão de configurações semânticas particulares, manifestações discursivas experienciais, pelas quais os autores comunicam sua visão de mundo..

Desse modo, ao realizar os objetivos gerais a que me proponho, analisarei o verbo ‘ser’, como verbo principal, no material que constitui o *corpus* – artigos de opinião e editoriais jornalísticos.

Artigos de opinião e editoriais jornalísticos “possuem particularidades que acentuam ou distendem procedimentos persuasivos” (Citelli, 2004, p.77). Aqui, estamos no centro do campo, particularmente, no centro do campo da construção da realidade

¹ Vale lembrar que “na GSF, a gramática e o léxico são tratados como perspectivas complementares [...]; elas estão relacionadas em termos de generalidade – o léxico como gramática mais delicada ou a gramática como léxico menos delicado” (Halliday & Martin, 1993, p.32; Hasan, 1996, p.73-103). A léxico-gramática é tanto sistêmica quanto estrutural, tanto paradigmática quanto sintagmática.

através da troca de significados na interação social. Nossas mentes não refletem a realidade diretamente. Percebemos o mundo através de redes de convenções, as quais variam de uma cultura para outra. Essas convenções são transmitidas de gerações a gerações através da linguagem.

Assim, reitero que as abordagens da LSF e da GSF mostram-se adequadas aos propósitos desta pesquisa na medida em que o conceito de uso é crucial na definição da teoria, a concepção de significado oracional abordada por ela favorece a identificação de relações semânticas realizadas pelo verbo ‘ser’ e também na medida em que sua descrição funcional tem como base a unidade semântica textual e a unidade de significação oracional.

3.2

O *Corpus* – artigos de opinião e editoriais jornalísticos

O interesse pela narração de fatos confunde-se com a própria história do homem e do uso da linguagem. Antes mesmo de o homem poder escrever, ele já contava histórias, haja vista as pinturas nas cavernas que descreviam a vida cotidiana dos homens daquele tempo. Portanto, desde as narrativas mais antigas até os jornais *online* da *Web* estaríamos, em princípio, testemunhando e desenvolvendo tal interesse. O contar histórias, ficcionais ou reais, sempre acompanha as culturas e desenvolve-se com elas.

Entre as atividades humanas, nenhuma responde tanto a uma necessidade do espírito e da vida social quanto os textos jornalísticos, isto porque o jornalismo assume a condição de intermediário entre a sociedade e os acontecimentos da sociedade, tornando-se um dos instrumentos de participação do público na vida social. Pode-se dizer então que o jornalismo é uma atividade para a construção social da realidade porque ao construir a realidade no texto, constrói, além da opinião pública, seu próprio referente (os sujeitos – personagens das notícias, e o objeto – informação propriamente dita).

Os artigos jornalísticos de opinião e os editoriais mostram traços importantes dos acontecimentos, interpretando-os e mostrando suas relações entre eventos passados e eventos em andamento. O que acontece é descrito e explicado em termos de seu contexto, em termos de quando aconteceu e o que aconteceu ao redor dele. Essa contextualização

inclui explicar por que tais coisas ocorreram e como ocorreram, através da revelação das relações específicas que originam para outros eventos.

A interferência dos textos jornalísticos é indiscutível, uma vez que os indivíduos são produtos das relações sociais estabelecidas e sustentadas por meio do discurso. A construção social da realidade resulta em implicações na percepção e no conhecimento da prática política, da vivência das relações de poder e da experiência de cada um. Assim, o jornal pode ser entendido como um meio de distribuição social do conhecimento que altera os sistemas sociais e a apreensão da realidade, assim como a interpretação que os indivíduos fazem dos estados de coisas (Lage, 2004).

Uma simples consulta aos jornais diários mostrará como muitos termos são criados para facilitar o entendimento de fenômenos socialmente difíceis de serem tratados. Desde a escolha das palavras até a organização das frases, passando pela escolha e disposição dos temas ao longo do texto, percorre-se um caminho de inúmeras possibilidades.

É, portanto, através da linguagem jornalística que se constroem os sentidos que operam na formação de identidades individuais e sociais, na produção social de inclusões e exclusões. Nesse sentido, um jornal, um dos meios fundamentais de expressão do jornalismo, comporta-se como um complexo sógnico e é, por isso, um espaço privilegiado de convívio de linguagens. Trata-se de uma mídia portadora de linguagem e finalidades características, formando, portanto, um gênero discursivo. Nas palavras de Lage (2004, p.35),

o jornalismo não é, porém, um gênero literário a mais. Enquanto, na literatura, a forma é compreendida como portadora, em si, de informação estética, em jornalismo a ênfase desloca-se para os conteúdos, para o que é informado.

Debora Howell, colunista do *The Washington Post*, em sua coluna de 17/09/2006, revela que para ela o que mais provoca reações nos leitores são os artigos de opinião do jornal, e não as matérias noticiosas. Segundo a autora, muitos dos colunistas e jornalistas que escrevem editoriais são idealistas que querem que seu trabalho contribua para um mundo melhor. Dessa forma, o trabalho deles tem por objetivo levar os leitores a pensar de maneira mais crítica, seja para apoiar uma causa ou refletir sobre o que o autor

escreveu. Howell qualifica os colunistas e editorialistas ferramentas poderosas para gerar opinião – para o bem ou para o mal.

As colunas de artigos de opinião e os editoriais são independentes pois nelas seus autores tentam explicar sua argumentação para o que acham que é bom para o país, cidade ou região em determinado assunto, instigando, dessa forma, os leitores e até seus editores a sentirem-se estimulados e provocados pelo que escrevem. Suas observações sobre os fatos são baseadas em apurações, e não apenas em sua opinião.

É assim que se dá a interação dialógica entre o texto jornalístico e o leitor que ao lê-lo credita-lhe a função de dizer-lhe o que é verdade e o que não é, o que está certo e o que não está. É dessa forma que o leitor participa da construção de sentido do texto, utilizando-se de valores ideológicos do grupo a que pertence, assim como de suas experiências de vida.

A credibilidade do leitor no jornal de sua preferência é requisito básico para que ele lhe delegue a incumbência de opinar, e para que haja entre ambos uma relação de cumplicidade. Um jornal é capaz de criar no espírito do público o clima necessário para o efeito que pretende causar. O jornal, ao apresentar fatos positivos ou negativos a respeito de idéias, de instituições ou de indivíduos, através das escolhas lingüísticas que faz, exerce uma forte influência sobre a opinião pública.

Nesse sentido, os textos jornalísticos de opinião e os editoriais, como expressão do discurso de membros da sociedade, não podem ser vislumbrados como elementos isolados, mas como elementos interacionais que influenciam e são influenciados pelo discurso semiótico social como um todo. Isto porque a subjetividade é uma característica inerente da atividade da linguagem que não se restringe à recepção apenas, mas que está presente na produção de toda construção discursiva, realizada sempre por um sujeito interessado em alcançar determinados fins.

Além disso, vale ressaltar que “um texto é uma unidade da linguagem em uso. [...] Um texto é uma unidade semântica: uma unidade não de forma, mas de significado” (Halliday & Hasan, 1985, p.3), “realizado por sentenças, ou codificado em sentenças”, que são evidências de escolhas semânticas feitas pelo autor para a expressão de suas intenções, interesses, valores e cultura.

Dessa forma, os artigos de opinião e os editoriais assumem um papel significativo, pois ao criar realidade, explicando o que acontece, e ao ser a imagem do poder da opinião pública, levam os sujeitos sociais a tomar partido, a alterar os rumos de atuação com relação às instâncias políticas, as quais constituem o verdadeiro destinatário dos artigos de opinião, que apresentam um discurso persuasivo, e de alguma forma eficaz.

É por isso que os artigos de opinião e os editoriais apresentam um poder performativo pois constituem entidades que criam e re-criam o real, através dos discursos que produzem, os quais mobilizam e convocam à ação. Numa perspectiva social, o discurso de opinião constitui-se no nível lingüístico como uma pluralidade de modos de significação, re-escrevendo o discurso social ao constituir-se como discurso terceiro, transportando para a estrutura da linguagem dimensões do seu uso, contribuindo para o acompanhamento das mudanças sociais com as quais se confunde.

Segundo Pereira & Bastos (1995, p. 27-47), “O artigo é um tipo de texto comum ao discurso jornalístico”, produzido em contexto social e que lida

com a apresentação de declarações e com argumentos que sustentam as declarações. Artigos são assinados, o autor do texto é, portanto, socialmente responsável pelas idéias e posições veiculadas. O fato de uma pessoa poder ser autor de um artigo significa que esta pessoa tem voz/poder na comunidade; é um profissional devidamente legitimado para tal finalidade.

É nesse sentido que o jornal funciona como mediador sócio-cultural, através da opinião, onde o poder evocativo da linguagem jornalística cria a realidade, na medida em que condiciona a apreensão e compreensão dos fatos de opinião pública.

Essa possibilidade remete-nos para o poder do jornalismo que se traduz na reavaliação do poder dos grupos, ao fixarem a forma como devemos pensar e os temas sobre os quais devemos pensar. Isto explica-se pelo fato de que as pessoas tendem a orientar suas opiniões por aquelas que elas crêem serem dominantes, o que verifica-se estar ligado à influência mediática da comunicação jornalística.

Os editoriais possuem particularidades que acentuam procedimentos persuasivos. Eles têm o status de um avaliador informal (opinante) de desempenho social, ao passo que os seus principais interlocutores (Governos, representantes classistas e organismos

institucionais ou civis) são os agentes sociais de gerenciamento de instituições diversas cuja atuação é avaliada.

Os jornalistas estão, portanto, envolvidos na unificação dos eventos, isto é, em um processo para explicar os eventos à luz de sua relação com cada um desses eventos e com o processo como um todo.

Nesse sentido, uma análise da transitividade da oração que apresenta o verbo ‘ser’ como processo relacional pode refletir a tendência persuasiva desse tipo de discurso, pois pode iluminar os participantes envolvidos e nos dizer se eles são indivíduos ou eventos, condições, processos etc. Pode-se verificar também se os autores estão envolvidos mais na descrição como um meio de explicação ou se usam mais ligações causa/efeito através do processo e a conexão que o processo proporciona entre os participantes na oração ou entre orações.

A análise em termos da transitividade do verbo ‘ser’ aqui proposta é interessante do ponto de vista da determinação de que aspecto da realidade os autores tematizam e de que tipo de intenção persuasiva suas escolhas revelam. Isto porque a linguagem ao refletir a realidade, a desvia, interpreta, reformula, de modo a criar condições para que o leitor venha a interpretar a realidade sob o mesmo prisma.

O que me parece interessante também aqui é a relação da função do verbo ‘ser’ com o texto todo. Em Português, o verbo pode ser colocado na posição temática, o que enfatiza a idéia de que os autores têm opções com relação a qual parte do componente experiencial do sistema de transitividade escolhem para colocar na posição temática.

Segundo Martin (1993, p.204), há diferenças entre os tipos de texto e seus processos. Ele ressalta que “o senso comum, como conhecimento especializado, faz uso de grupos nominais e orações relacionais para classificar a experiência”. A gramática dos relatórios em ciência, que apresenta classificação e descrição, depende mais das orações relacionais. A diferença entre taxonomias do senso comum e as taxonomias especializadas é que a classificação do senso comum está baseada no que pode ser diretamente observado com os sentidos.

Como *relatório*, Martin entende como o mundo é organizado na escrita técnica, e como *explicação*, por que ele é organizado dessa forma. A diferença principal estabelecida pelo autor é a de que os “relatórios enfocam coisas enquanto as explicações

enfocam processos”. Os relatórios são comumente usados para estabelecer relações entre as partes e o todo.

Ainda segundo Martin (1993, p.219), “as definições são um tipo especial de oração relacional que na realidade traduz o senso comum em conhecimento especializado”. O texto codifica a realidade em um conjunto de relações entre coisas e

o efeito da abstração na gramática de um texto é para colocar em primeiro plano as orações relacionais em detrimento das materiais e para, ao mesmo tempo, colocar em primeiro plano os grupos nominais em detrimento dos complexos oracionais (Martin, 1993, p.219).

Os textos selecionados para compôr o *corpus* são chamados de textos de Opinião² e Editoriais³ jornalísticos. Aqui cabe uma apresentação sobre a distinção que Shi-xu (2000) faz ao investigar a natureza paradoxial do texto de opinião.

O autor inicia o artigo com a definição filosófica ortodoxa de Hermans (1991; Weddle, 1988) sobre ‘opinião’, isto é, trata-se de “uma crença mental e subjetiva em oposição a um fato objetivo”. Em seguida, Shi-xu apresenta mais algumas noções como a noção científica-cognitiva-psicológica nos tempos modernos, segundo a qual “a opinião é um mecanismo cognitivo (às vezes chamado ‘atitude’ ou ‘crença avaliativa’) que influencia o comportamento” (Allport, 1935; Eiser & Van der Plight, 1988).

A partir de então, o autor conclui que o termo tem sua definição circunscrita no âmbito do discurso pessoal-avaliativo e, portanto, para ele a opinião “é um tipo distinto, ou uma dimensão mais precisa, de discurso no qual os indivíduos ou grupos apresentam uma crença mental, subjetiva e pessoal” que para Shi-xu é ‘discurso de opinião’ ou ‘discurso opinativo’ (2000, p.264), o que significa dizer que trata-se de um processo de construção de significado na interação discursiva, sendo também um componente significativo dessa interação.

Um dos objetivos de seu artigo é explorar algumas peculiaridades, complexidades e paradoxos do discurso opinativo. Entre elas o fato de que se a opinião é uma dimensão

² Os Editoriais são textos de um jornal em que o conteúdo expressa a opinião da imprensa, da direção ou da equipe de redação, sem a obrigação de se ater a nenhuma imparcialidade ou objetividade. Geralmente, grandes jornais reservam um espaço predeterminado para os editoriais em duas ou mais colunas logo nas primeiras páginas internas. Os *boxes* (quadros) dos editoriais são normalmente demarcados com uma borda ou tipologia diferente para marcar claramente que aquele texto é opinativo, e não informativo. Editoriais são artigos de opinião (normalmente curtos) escritos pelo conselho editorial do periódico. Eles refletem a posição do periódico e não são assinados. (Wikipédia).

da linguagem e da interação social, “então como ele [o discurso opinativo] pode ser conectado ao outro social, especialmente àqueles que têm as mesmas idéias, mas também idéias diferentes?”. Acrescido a esta investigação, o autor apresenta um outro questionamento sobre a opinião, considerando que “se a opinião também é uma estratégia discursiva, então de que maneiras ela está relacionada com o agente ou o ‘eu’ discursivo?”

Para realizar os objetivos acima, Shi-xu descreve um modelo teórico no qual as noções de linguagem e mente são ressaltadas. Ao final do artigo, há uma noção proposta pelo autor de três conjuntos diversos de dados, realizada empiricamente que apresento a seguir.

Para o autor, as opiniões formam-se e funcionam no contexto social e cultural, revelando os problemas sociais-interacionais de manter e dar opiniões. Ao revelar a relação entre os indivíduos e as opiniões sociais no discurso, há um aumento de nossa conscientização das forças sociais, culturais e institucionais que subjazem ao discurso de opinião.

Os artigos jornalísticos de opinião e os editoriais definem-se e pronunciam-se por apresentarem relações de consenso e conflito, refletindo, sobretudo, uma parte da relação de poder, desvelando e explorando sentimentos de desconforto ou desagrado com a autoridade política, resultando em um discurso de conflito e de persuasão.

O que define o discurso polêmico é que o conjunto de suas propriedades semânticas, enunciativas e argumentativas encontra-se a serviço do objetivo de desqualificar o objeto que constitui o seu alvo. Essa identificação é dada com a rubrica própria dos jornais onde os textos aparecem com o título: ‘Opinião’ e ‘Editoriais’.

A linguagem nos artigos de opinião e nos editoriais não é apenas um campo de ação, mas a sua dimensão constitutiva, através da qual a realidade é construída, uma realidade mediatizada, sem a qual dificilmente formaria-se a opinião pública.

Ao afirmar que os textos jornalísticos de opinião desempenham o papel de mediadores, quero dizer que eles aproximam, provocam diálogos entre os poderes públicos e os leitores – membros da sociedade. O processo de construção da realidade é, portanto, dinâmico, pois não se encontra pronto, independente do sujeito social. A sociedade pensa, redefine e reconstrói seus modos de agir, novas ligações com o social,

novas realidades. Tudo isso mediado pela linguagem, e neste caso específico, pela linguagem jornalística, nos artigos de opinião e nos editoriais.

O discurso de opinião no jornal e a discussão que provoca realizam diversas funções de mediação cultural, de re-criação do real, de intervenção na vida social e política do país e de consagração de líderes de opinião. O jornal funciona como mediador cultural, porque torna o espaço público mediatizado. Através da opinião expressa nos artigos⁴, é criado um efeito do real e é esse poder evocativo da linguagem que constrói a realidade.

A noção de que esses discursos construídos no social servem como meios através dos quais as ideologias são comunicadas na sociedade é corroborado por Van Dijk (2000, p.25), quando afirma serem os discursos aqueles que “ajudam a reproduzir o poder e a dominação dos grupos ou classes específicos”.

Em textos com uma estrutura que envolve argumentos como os jornalísticos aqui analisados, verifica-se uma estrutura constituinte característica na qual tipos esperados de informações são apresentados de uma forma convencionalmente acordada, constituindo um padrão de Temas oracionais. Isso porque os colunistas valem-se de maior liberdade para escrever suas matérias, comentando e avaliando os fatos, com a intenção de construir um quadro da realidade para seus leitores para que eles venham a obter uma maior compreensão dos eventos históricos, dos processos sociais, das mudanças sociais etc.

Vale ressaltar que a linguagem é um sistema de produção de significados, o que nos permite afirmar que o discurso não é neutro, a linguagem não é só a representação da realidade. Portanto, uma vez que os discursos persuasivos objetivam a formação e a conformação de pontos de vista e perspectivas colocadas em movimento por falantes/escritores, os artigos jornalísticos de opinião e editoriais apresentam uma linguagem persuasiva, isto é, a construção do texto visa a convencer o leitor sobre determinada realidade, o que poderá ser verificado nas escolhas léxico-gramaticais realizadas pelos autores.

⁴ Segundo Pereira & Bastos (1995, p.27-47), “artigos são textos planejados para um público leitor definido, no sentido de que são construídos em consideração direta pelo receptor, diferente de textos literários. Artigos são textos escritos, publicados em jornais e revistas; são também textos breves, quando comparados a outros gêneros textuais de cada área de discurso.”

O indivíduo, por estar inserido em uma sociedade, sofre influências dela e das experiências que vive. Assim, todo o discurso sofre influências ideológicas do próprio autor, do interlocutor e do contexto discursivo em que se manifesta, pois segundo Halliday & Martin (1993, p.10),

a história humana é muito mais uma história da atividade semiótica do que da atividade sócio-econômica. A experiência é reconstruída continuamente durante a evolução das sociedades; tal reconstrução não só é uma condição necessária para a sua evolução, como também uma parte integrante dela.

As questões da ideologia estão presentes na linguagem jornalística, porque não se faz jornalismo fora da sociedade. E como nos diz Bakhtin,

um produto ideológico faz parte de uma realidade (natural ou social) como todo corpo físico, instrumento de produção ou produto de consumo; mas, ao contrário destes, ele também reflete e refrata uma outra realidade, que lhe é exterior (Bakhtin, 1979, p.17).

E, se a vida social e política rege-se por relações de consenso e conflito, também o jornal define-se e pronuncia-se nesses termos, resultando daí a presença do discurso polêmico, enquanto discurso do conflito e da persuasão, o que em sentido amplo, pode ser atribuído como característica de todo o uso da linguagem. É nesse sentido que pode-se afirmar que o uso da linguagem em artigos de opinião e editoriais não é ingênuo, e os recentes modos de dizer podem estar escondendo novas formas de organizar a sociedade.

Ao mesmo tempo, a linguagem estabelece relações dinâmicas e complexas que se materializam nos discursos, que são sentido. Logo, só se poderá explicar por que um texto significa o que significa, se o relacionarmos com o sistema lingüístico como um todo, uma vez que entender é construir o sentido de uma forma no contexto em que aparece.

Constata-se, então, que não existem textos objetivos, mas estratégias discursivas que constroem tanto o efeito de objetividade como o de subjetividade e o conjunto de opções lingüísticas utilizadas pelos autores revela os significados criados. Nesse sentido, o texto jornalístico exerce grande influência sobre a constituição social de uma determinada comunidade, até porque todo o discurso é carregado de ideologia, e, portanto, possui uma carga de interferência social (Halliday & Hasan, 1985, p.5-7).

Portanto, pode-se dizer que a linguagem jornalística “transcende o idioma em que estão escritas as matérias” (Lage, 2004, p.5). Isto quer dizer que os acontecimentos

sociais só ganham existência pública se mediados pelos textos jornalísticos, que os constroem através da produção de sentido e estes definidos somente na relação entre o artigo e o leitor, que mobiliza estratégias próprias de interpretação a partir de sua cultura, história de vida, ideologias, desejos etc.

O *corpus* aqui utilizado, a saber os artigos jornalísticos de opinião e os editoriais, é apropriado ao estudo desenvolvido nesta tese porque o autor do texto jornalístico, para exercer de maneira completa a sua função, precisa conhecer as funções e as distorções possíveis na construção discursiva, para estar em conformidade com o senso comum, com o saber compartilhado por todos e socialmente aceito. O texto jornalístico configura-se numa atividade de produção de sentidos e não numa mera reprodução da realidade social. Essa produção de sentidos é orquestrada pela linguagem que não reproduz a realidade, mas a constrói.

Nesse sentido, o texto jornalístico contribui para a reflexão sobre o meio sócio-cultural, pois não é neutro, uma vez que podemos identificar as diferentes escolhas lingüísticas realizadas para a construção textual empregadas de acordo com intenções e objetivos diversificados. Essas escolhas são as que resultam na produção dos sentidos, estes definidos na relação entre o autor do texto e o leitor, pois o leitor precisa mobilizar sua cognição, seus conhecimentos, valores, culturas, para estabelecer novos sentidos. A construção dessa realidade é condicionada pelo contexto cultural e social, de forma que o artigo jornalístico de opinião e os editoriais acabam por ser o lugar em que se constroem os significados coletivos.

Os artigos jornalísticos aqui analisados e descritos enfocam desde questões relacionadas com o cenário político imediato, a homenagens a personalidades ou análises de valores e comportamentos. Seu objetivo é colocar em discussão temas de interesse da sociedade, de natureza polêmica, em evidência na sociedade. Há artigos que apresentam denúncia de algum tipo de situação, proposta de soluções para alguns dos problemas que afligem a sociedade de forma geral etc.

Publicados em destaque na página opinativa, os artigos selecionados configuram-se como artigos opinativos, ou seja, artigos jornalísticos nos quais foi definido e manifestado o ponto de vista oficial dos jornais (de onde foram extraídos) ou pessoais, quando assinados, sobre os temas e ocorrências de maior repercussão no momento em

que foram abordados. Seu caráter é eminentemente persuasivo, pois visam a instigar os indivíduos e a coletividade em geral, a posicionarem-se e agirem de acordo com o que foi opinado.

Foi, portanto, essa a motivação que determinou a escolha do *corpus* – textos jornalísticos de opinião e editoriais, retirados dos jornais *O Globo*⁵ e *O Estado de São Paulo*. A opção por tal fonte de dados deve-se ao fato de que esses jornais nacionais apresentam-se como o local estratégico da constituição do discurso político-social por serem de grande divulgação em cidades como o Rio de Janeiro, capital e interior e São Paulo, capital e interior. São jornais tradicionais em ambas as cidades como também no interior, voltados para as camadas mais cultas da população, podendo ser, portanto, considerados representativos do português brasileiro padrão.

As colunas escolhidas para a extração dos textos foram os Editoriais e as colunas de Opinião, colunas que dão voz aos diversos porta-vozes e líderes de opinião mais ou menos formalmente instituídos, cuja estrutura narrativa, com seus múltiplos enunciados e sentidos manifestados, revela um uso de linguagem argumentativo, ou seja, são expressas opiniões.

Garcia (1995, p.370-371) afirma que a argumentação visa, sobretudo, a convencer, persuadir ou influenciar o leitor ou ouvinte. Segundo o autor, além de expressar opinião sobre o que é ou parece ser, na argumentação, procura-se principalmente formar a opinião do leitor ou ouvinte, tentando convencê-lo de que a razão está conosco, de que nós é que estamos de posse da verdade.

Para Pereira & Bastos (1995, p.27-47), no artigo jornalístico “o autor procura construir algum tipo de identificação e cumplicidade com seu leitor”. Essa intenção busca estabelecer uma ligação com o leitor mediante valores que o autor compartilha referente a alguma situação da realidade, para despertar emoções. Para tal, faz uso de expressões de emoção com relação ao fato focalizado e/ou uso do pronome *nós* que adiciona a voz do autor à voz do leitor. Nos textos jornalísticos, “a argumentação é vinculada aos fatos e ao senso comum, havendo mais espaço para a argumentação de cunho emocional” (Pereira & Bastos, *ibid.*, p.27-47).

⁵ O jornal *O Globo* é lido por mais de 4 milhões de leitores só no Estado do Rio de Janeiro. (Dados divulgados no próprio jornal, em propaganda de pé de página).

Por argumentar entendo convencer ou tentar convencer mediante a apresentação de razões, diante da evidência das provas e à luz de um raciocínio coerente e consistente. Incluindo também considerar o outro como capaz de reagir e de interagir diante das propostas e teses que lhe são apresentadas. A argumentação deve ser construtiva na sua finalidade, cooperativa em espírito e socialmente útil (Garcia, 1995, p.370).

Sendo a linguagem concebida como o lugar da interação, a interação através desses artigos tem como objetivo efeitos que o autor pretende causar no leitor, isto é, o autor pretende atuar sobre o leitor para obter dele determinadas reações. Isso nos revela que o elemento persuasivo⁶ está no discurso e que há graus de persuasão, alguns mais visíveis. Para este fim, a proposição deve ser, de preferência afirmativa e específica para permitir que o leitor tome uma posição favorável ou não.

Nessa perspectiva, a linguagem está a serviço na vida das pessoas e segundo Halliday & Matthiessen (2004, p.30), “toda a mensagem é tanto sobre algo quanto dirigida a alguém”, portanto, pode-se afirmar que a linguagem textual jornalística é dirigida aos leitores com fins à formação de opinião, gerando, por vezes, conceitos e atitudes no leitor, influenciando na formação da opinião pública, enfim, construindo significado.

A opinião pública forma-se e conforma-se na leitura de fatos e versões construídos a partir dos tipos jornalísticos e, nesse processo, de produção de informação a mensagem é plena de sentidos. Portanto, o discurso não é neutro, pois todo o texto apresenta uma carga de significação implícita a ser recuperada pelo leitor, por ocasião da atividade de produção de significados diretamente vinculada a seu contexto.

As colunas do tipo Editoriais e do tipo Opinião evocam implicitamente outros discursos, diferenças de pontos de vista, de objetivos, de visões de mundo, pois estão inseridos no contexto de situação e no contexto de cultura, os quais determinam o texto pois “constroem o ambiente não-verbal de um texto” (Halliday & Hasan, 1985, p.47). Essa relação entre texto e contexto é uma relação de troca de significados, ou seja, uma relação dialética, um processo criativo no qual a linguagem é um dos recursos

⁶ Por persuasão entendo, sobretudo, a busca de adesão a uma tese, perspectiva, entendimento, evidenciado a partir de um ponto de vista que deseja convencer alguém sobre a validade do que se está apresentando. “O ato de persuadir procura atingir a vontade, o sentimento dos interlocutor(es), por meio de argumentos plausíveis ou verossímeis e tem caráter ideológico, subjetivo, temporal, dirigindo-se, pois a um ‘auditório particular’” (Kock, 2004, p.18).

simbólicos, um ‘potencial de significados compartilhados’⁷, e o “significado surge da fricção entre os dois” (Halliday & Hasan, 1985, p.47).

Nesses artigos, os fatos são arrolados, os eventos indicados, pretende-se dizer tudo quanto ilustra o assunto ou prove que o fato se deu, que constitui um dano ou uma injustiça, ou seja, que ele tem a importância que o autor lhe atribui. Há uma organização discursiva que constrói os mecanismos persuasivos do discurso. Por vezes, a argumentação é realizada com tal grau de fechamento que não resta ao leitor qualquer dúvida quanto à verdade do autor. Um exemplo desse tipo de fechamento é o uso do verbo ‘ser’, o qual torna indiscutível o enunciado. O leitor fica, por vezes, impedido de esboçar qualquer questionamento. É um raciocínio fechado em si mesmo que não dá margem a discussão. Vejamos um exemplo a título de ilustração:

Artigo 61: “Reale aos 95”, publicado no jornal *O Estado de S.Paulo*, por Celso Lafer – 930 palavras – 14 ocorrências do verbo ‘ser’.

“Em novembro, o professor Miguel Reale completará 95 anos. É um aniversário para ser comemorado”.

[...]

“O poder, como diz Bobbio, é um tema que juristas e cientistas políticos compartilham, mas a cujo respeito, regra geral, se ignoram, uns aos outros”.

Segundo Garcia (1995, p.371), a argumentação consiste de dois elementos principais: a consistência do raciocínio e a evidência das provas ou o critério de verdade, como certeza manifesta. O objeto em questão é considerado como um todo de significação, assumindo como referência central a noção de competência de comunicação,

tomada como um complexo heterogêneo de recursos dominados pelos falantes para a produção e a recepção-interpretação de discursos – recursos esses em que se inscrevem os estritamente lingüísticos, mas também outros, que com eles entretêm interações fortes, integrantes de diversos sistemas semióticos.

O artigo será considerado na sua globalidade o lugar onde se entrelaçam relações entre as suas diversas partes e entre cada uma delas com o todo, reconhecendo o papel da dimensão enunciativa e do contexto particular em que ocorre. De alguma forma, a própria

⁷ Por significados compartilhados entende-se que as convenções e práticas lingüísticas que regulam os contextos de uso da linguagem são estabelecidas pela sociedade.

existência desse lugar é justificada pela possibilidade e necessidade de conflito. Para se afirmar, o discurso de cada autor deve procurar e conquistar o seu lugar no seio do discurso social, procurando sobrepôr-se a outros.

Mesmo que sejam referidos aspectos positivos do alvo, tal fato estará a serviço de uma estratégia argumentativa que terá sempre por fim a sua desqualificação, assim como a construção de uma imagem de imparcialidade e justiça para o autor. Para que o autor possa de alguma forma influenciar o leitor, este deve estar disposto a conceder algum crédito. O autor procurará recorrer a argumentos para ganhar a adesão voluntária de seu leitor.

Os artigos aqui analisados giram em torno de assuntos de política nacional e/ou econômica, assuntos de interesse social geral e religiosos, de um determinado período, sendo um elemento de significação por estabelecer ligação entre o escrito e o universo de conhecimentos compartilhados pelo leitor. O leitor, por sua vez, identificará o assunto tratado nos artigos de Opinião e nos Editoriais por tratarem-se de artigos referentes a um passado recente e por atualizarem os acontecimentos e, eventualmente, orientarem as repercussões diretas de um futuro próximo.

Os artigos de Opinião e os Editoriais baseiam-se na realidade, nos acontecimentos reais externos ao texto para, a partir deles, tecerem comentários, explicarem causas, relações e conseqüências, criarem casos políticos. Vale ressaltar que para que esse discurso persuasivo seja reconhecido e aceito pelo leitor, algum tipo de autoridade, decorrente de uma posição de sensatez e de justiça deve permear a relação interativa autor-leitor.

O autor do artigo deve evocar aquilo que, aos olhos da opinião pública, é razoável, evidente, necessário etc.. O objetivo do discurso persuasivo é induzir a classe dirigente a determinada ação, tendo como propagador de seu discurso o público leitor, sabendo que atingirá diretamente os políticos, enquanto dependentes do julgamento público sobre o seu desempenho.

Toda a argumentação consiste, em essência, numa declaração seguida de prova (fatos, razões, evidências). Embora a discussão aprofundada sobre a estrutura narrativa de textos argumentativos fuja ao propósito desta tese, apresento um pequeno resumo do exposto em Garcia (1995, p.375-381).

O autor apresenta o plano padrão da argumentação em estágios. O primeiro trata da proposição: a declaração, tese, opinião, seguida de uma concordância parcial, ou seja, o autor da argumentação reconhece o ponto de vista do outro em certos casos. Garcia usa o termo concordância parcial por entender que existe sempre um outro lado dependendo se se partir de um ponto de vista geral ou particular. Para este propósito, verificam-se enunciados introduzidos por estruturas como: *é verdade, é certo, é evidente, é possível, é discutível* etc. Essas estruturas introdutórias apresentam como função a indicação da extensão da concordância com o que está declarado antes e a preparação do espírito do leitor para a contestação ou discordância que se seguirá.

O segundo estágio refere-se à formulação dos argumentos onde o autor do artigo apresenta as provas ou as razões que são o suporte de suas idéias. A ordem deve ser gradativa e crescente. O último estágio refere-se à conclusão. Não se trata de um resumo ou recapitulação, mas de esclarecer a essência da proposição.

Em resumo, o texto argumentativo deve tratar de uma só matéria, a qual deve ser comprovada com citações de outros exemplos que constituirão o argumento da autoridade. Deve ter argumentação lógica, com exemplificação de dados da realidade observável que dão peso a afirmações corretas, e refutar os argumentos contrários. O texto argumentativo deve explicitar a tese a ser defendida, apresentando os argumentos que a confirmam, os contra-argumentos que a negam, exemplos e conclusões de forma direta e categórica.

Dessa forma, desaparecem as dúvidas, predominando a posição adotada pelo autor. Para este fim, na introdução do artigo, os autores utilizam informações de impacto, como forma de apelo à atenção do leitor, de forma emocional. Na conclusão, os autores também fazem uso de apelo emocional.

Por fim, baseada no acima exposto, justifico a utilização de artigos jornalísticos de Opinião e os Editoriais como *corpus* para a análise e descrição das instanciações do verbo ‘ser’ à luz da LSF e da GSF, por serem artigos que se referem a uma instância da linguagem que faz sentido para aqueles que a concebem como ação. Isto porque ao substituírem as instâncias oficiais, dando voz e acesso direto à opinião pública, aos políticos eleitos e aos diversos porta-vozes e líderes de opinião mais ou menos formalmente instituídos, esses artigos constituem-se em discursos que “são ferramentas –

eles fazem coisas” (Halliday & Martin, 1993, p.221). Assumem-se como entidades de re-criação do real, constituindo, ao nível sócio-político, uma rede de poderes, e ao nível lingüístico, uma pluralidade de modos de significação, de códigos e de competências, consagrando os seus agentes como interventores privilegiados na relação do cidadão com as instâncias do poder, como decodificadores e comentadores dos fatos políticos, ao mesmo tempo que permitem, reproduzem e ampliam a discussão e a defesa de pontos de vista.

Essa posição vem ao encontro do que Shi-xu defende com relação aos discursos opinativos serem “um mecanismo cognitivo” que exercem influência no comportamento social, uma vez que a mediatização encontra nos grandes jornais nacionais o local estratégico da constituição do discurso político-social.

Em virtude do acima exposto, os artigos de opinião e editoriais são aqui enfocados como instrumentos (Halliday & Matthiessen, 2004, p.3), como prática social que mobiliza outros sistemas simbólicos além da comunicação lingüística. O que se quer enfatizar aqui é o fato de que a mídia é o lugar privilegiado de criação, reforço e circulação de sentidos e, nessa perspectiva, os artigos de opinião e os editoriais prestam-se à análise das formas de linguagem e suas implicações na configuração dos sentidos expressos no texto.

Isso sintetiza a posição da escolha motivada pelo contexto e pela posição sócio-cultural, tendo em vista que a linguagem é a habilidade de ‘significar’ nos tipos de situação ou contextos sociais que são gerados pela cultura. Quando falo em ‘usos da linguagem’, estou interessada no potencial de significados que está associado com tipos de situações particulares e, provavelmente, de forma especial, interessada naqueles que são de alguma significação social e cultural.

A forma como penso o estudo da linguagem e o homem social, através do conceito de potencial de significado, levou-me a escolha dos artigos aqui analisados e descritos, resultando em uma investigação que deve ser vista como sócio-semântica, no sentido de que é o estudo do significado realizado pelo verbo ‘ser’ em um arcabouço social ou sociológico (Halliday, 1978, p.34).

Dessa forma, os artigos escolhidos para análise fornecem os dados necessários para que se extrapole a análise sintática convencional, possibilitando observar diferentes tipos de criação de significado, presentes em uma interação.

Vale ressaltar que embora o processo seja o foco deste estudo, os participantes também serão identificados, pois o tipo de processo determina as funções distribuídas nos papéis de participantes. Chamo a atenção também para o fato de que a análise funcional a que me proponho aqui não destina-se à troca de rótulos; os rótulos refletem uma interpretação semântica e gramatical de um texto, ou seja, são “rótulos que indicam o papel desempenhado por cada elemento da representação” (Thompson, 2004, p.87).

A imputação de rótulos servirá apenas para ilustração e para mostrar as funções de participante nos Tema e Rema das orações, uma vez que serão analisados os elementos que ocupam a posição temática.

3.3

A elaboração da análise

Foram utilizados artigos das colunas de ‘Editoriais’ e de ‘Opinião’ do jornal *O Estado de S.Paulo*, e das colunas assinadas do jornal *O Globo*, num total de 70 artigos, ambos *online*, selecionados aleatoriamente, entre 1 de setembro de 2005 a 30 de outubro de 2005. Desse total, 32 textos são do jornal *O Globo online* e 38 do jornal *O Estado de S.Paulo online*. A preferência por artigos retirados dos jornais *online* deve-se ao fato da facilidade de já estarem digitados e, portanto, poderem ser utilizados por ferramentas computacionais de análise lingüística. De outra forma, seria necessário digitá-los ou convertê-los para o formato eletrônico através de *scanning*. Apenas como informação adicional, os artigos publicados *online* são absolutamente os mesmos publicados nos jornais impressos.

O *corpus* é composto de uma coleção de artigos que representam uma mostra do uso da linguagem escrita, totalizando 53.782 palavras, das quais 24.929 palavras nos artigos do jornal *O Globo* e 28.853 palavras nos artigos do jornal *O Estado de S. Paulo*. Cada artigo apresentou uma média de 700 palavras.

Os artigos selecionados no jornal *O Globo* foram extraídos das colunas que apresentam a fotografia do autor, são assinados e destacados em um *box* (quadro), distribuídos em páginas diversas do jornal, dependendo do assunto de que tratavam.

Os autores dos artigos são jornalistas que compõem o quadro de funcionários dos jornais ou personalidades com destaque na vida pública – políticos, religiosos etc – e também intelectuais, especialistas que são reconhecidos por outras instituições e legitimados pela imprensa. Dentre eles, destacam-se os jornalistas Ali Kamel, Tereza Cruvinel, George Vidor, entre outros. Três textos selecionados foram escritos por Don Eugênio Sales, que escreve como colaborador do jornal e não como funcionário. Os artigos assinados encontram-se na página ao lado dos editoriais na versão impressa. Tais artigos expressam as opiniões de seus autores, não as do periódico.

Os textos extraídos do jornal *O Estado de S.Paulo* totalizam 37 artigos, dos quais 24 publicados na coluna intitulada “Notas e Informações”⁸, coluna esta que expressa a opinião dos editores do periódico, e 14 assinados por colaboradores do jornal publicados na coluna “Opinião”.

A escolha também levou em conta o fato de que os autores dos artigos selecionados são nativos do português, evitando-se artigos que poderiam ter sido traduzidos e, dessa forma, poderiam criar variáveis para a análise. Não houve preocupação em evitar artigos que contivessem poucas ocorrências do verbo ‘ser’, porque observei que a menor quantidade de ocorrências foi de 5 em quatro artigos. É importante informar que não houve necessidade de autorização para o uso, divulgação e reprodução de tais artigos, uma vez que eles estão disponibilizados na internet para domínio público, por constituírem artigos de divulgação.

A análise realizada não enfatiza aspectos quantitativos. No entanto, uma primeira observação vale ser registrada quanto à ocorrência do verbo ‘ser’. Foram coletas 419 ocorrências, nos artigos analisados do jornal *O Globo* e 463 ocorrências nos artigos analisados do jornal *O Estado de S.Paulo*, independente do tempo verbal em que estavam

⁸ A mais antiga de todas as seções, conhecida como ‘Notas e Informações’, sempre localizada na página 3, manteve a tradicional postura do jornal de unir, em seus editoriais, conservadorismo político e liberalismo econômico, sendo uma das colunas mais emblemáticas de *O Estado de São Paulo*, identificado com o pensamento de direita no Brasil. Entretanto, ultimamente, o jornal vem tomando posições liberais também no âmbito social e político, como a defesa em editorial da legalização do aborto no Brasil e as críticas ao presidente dos EUA George W. Bush. (Wikipédia).

sendo usadas, no conjunto de todos os textos jornalísticos argumentativos selecionados para esta análise. Vale a pena ressaltar que foram extraídas apenas as ocorrências em que o verbo ‘ser’ se apresentou como verbo principal, ou seja, ficaram de fora da análise as ocorrências de voz passiva, onde o verbo ‘ser’ é auxiliar, expressões do tipo, *isto é, ou seja*, e o uso do expletivo *é que*.

Embora todos os 70 artigos tenham sido analisados e descritos, na tese foram selecionados apenas 13 para apresentação da análise e descrição em função da necessidade de um exame mais detalhado do contexto situacional e cultural de cada texto, o que tornaria impraticável fazê-lo com o total de textos.

Em compensação, pude observar mais detidamente características genéricas comuns aos artigos de opinião e editoriais jornalísticos de fontes jornalísticas diferentes. Os 13 exemplos escolhidos ilustram com maior riqueza de detalhes a minha contribuição de um novo olhar para a análise e descrição do uso do verbo ‘ser’, à luz da LSF e da GSF.

3.3.1

A extração dos dados

Os dados foram extraídos através da utilização da ferramenta Corpógrafo. Trata-se de uma plataforma destinada à análise e ao trabalho sobre corpora com o objetivo de produzir diversos recursos lingüísticos. Esta ferramenta apoia os pesquisadores da língua portuguesa num conjunto de tarefas que vão desde a compilação de corpora, à extração e organização do conhecimento gerado a partir deles. O Corpógrafo ainda está em desenvolvimento, portanto apresenta algumas restrições, mas quando o usei já pude realizar algumas tarefas interessantes, como *upload* dos artigos, seleção das ocorrências do verbo ‘ser’, compilação e organização do *corpus*, o que possibilitou que eu os estudasse.

O Corpógrafo é uma ferramenta disponibilizada na internet, portanto, sem ônus para o pesquisador, através do site www.linguateca.pt. Há apenas que se solicitar o cadastramento e passa-se a usá-lo sem restrições.

(a) critérios externos – características extra-lingüísticas

Os artigos selecionados para a análise e descrição nesta tese apresentam características tais como: são textos escritos em português cujos autores, como dito acima são jornalistas ou colaboradores do jornal tais como professores, sociólogos, todos nativos do português.

(b) critérios internos – características essencialmente lingüísticas

Tais artigos enquadram-se no gênero jornalístico. São artigos opinativos, alguns assinados, sendo que os não-assinados são os das colunas dos Editoriais. A combinação dos dois critérios, externos e internos, demonstra que os textos estão em relação estreita com o contexto de situação, refletindo, portanto, o objetivo desta tese.

3.3.2

Procedimentos da análise e descrição dos dados

Dos 70 textos, extraí todas as ocorrências do verbo ‘ser’ em todos os tempos verbais, na voz ativa. Após selecionar as ocorrências, verifiquei que as mesmas apresentavam-se da seguinte forma:

- 1 – em estruturas P1-V-P2 (Participante1-Verbo-Participante2);
- 2 – em estruturas V-P1-P2 (Verbo-Participante1-Participante2); e
- 3 – em estruturas V-P2 (Verbo-Participante2).

Ao analisar e descrever essas ocorrências, separei-as em outros dois grupos: as que se apresentavam como P1-V-P2, e as que se apresentavam como V-P1-P2 e V-P2.

Parti da hipótese de que essas estruturas constituíam o resultado das escolhas dos autores – “o que as pessoas significam” – cada uma das quais correspondente a um feixe específico de traços semânticos que as singularizavam em relação às demais opções disponíveis – “o que as pessoas podem significar” – para o falante de português (Halliday, 1978, p.114). As ocorrências selecionadas foram assim analisadas em seus respectivos co-textos, com base no Sistema de Transitividade da Metafunção Ideacional, o qual enfoca a escolha dos processos verbais juntamente com a escolha dos participantes desses mesmos processos, escolhas essas que refletem as representações de mundo de um falante.

O relato nos textos jornalísticos de opinião e nos editoriais está fortemente condicionado pelo que a LSF nomeia de significados ideacionais, por aqueles significados através dos quais a linguagem constrói uma representação da realidade externa. Trata-se de um constructo essencialmente ideacional, o qual dita os termos do relato. O texto organiza o fluxo de significados ideacionais, assim como os valores interpessoais associados, no tempo experiencial.

Dirigi meu interesse então à “expressão do conteúdo de acordo com a experiência do falante inserido em uma comunidade de fala” (Halliday, 1973, p.37), pois entendo que a Metafunção Ideacional está relacionada com a natureza do evento social. Passei a verificar que tipo de significado a escolha pelo uso do verbo ‘ser’ construía e a que funções tal escolha estava a serviço. As funções seriam as motivações que possivelmente subjazem à escolha do autor, uma vez que os artigos jornalísticos representam uma matéria-prima para a reflexão sobre o meio sócio-cultural, sobre as diferentes estratégias de construção textual empregadas de acordo com intenções e objetivos diversificados, tudo permeado pela linguagem. A leitura dos artigos realizada por mim visou a atribuição de um sentido ao texto e não a extração do sentido do texto, pois como nos diz Shi-xu (2000, p.264),

[...]a opinião é um tipo distinto, ou uma dimensão mais precisa, de discurso no qual os indivíduos ou grupos representam uma crença mental, subjetiva e pessoal; denomine-a ‘discurso de opinião’, ou ‘discurso opinativo’. Como tal, é um processo de criação de significado na interação discursiva e um componente significativo dela.

Escolhi os artigos que apresentavam estruturas que apareciam, por vezes, mais de uma vez, para que a amostragem pudesse ser mais representativa e para evitar uma exemplificação muito extensa. Nesse sentido, a análise começa com alguns exemplos mais expressivos das ocorrências P1-V-P2, seguindo-se a elas as ocorrências V-P1-P2 e V-P2. Foram transcritos apenas os parágrafos em que tais ocorrências apareciam, sendo que, nas que iniciavam parágrafos, por vezes, foi necessário transcrever o parágrafo anterior para que não houvesse prejuízo na interpretação do artigo. Em algumas transcrições, o leitor encontrará o símbolo [...], o qual significa que houve omissão de algum ou alguns parágrafos, sem, no entanto, causar prejuízo à leitura e à compreensão da mensagem.

Pude observar que os artigos de opinião e os editoriais na imprensa escrita apresentam regularidades sistematizáveis no nível textual/discursivo, no que se refere ao uso do verbo 'ser'. Dessa forma, uma análise e descrição à luz da LSF e da GSF permitiu que eu levantasse hipóteses a respeito das intenções e motivações que geraram uma escolha léxico-gramatical em detrimento de outra, em um contexto sócio-cultural específico, já que, em última análise, a linguagem está a serviço das funções a serem desempenhadas e significadas pelo indivíduo em seu contexto social (Halliday, 1973, p.22).

Além disso, por estar privilegiando aspectos do significado, em um contexto de análise sistêmico-funcional, a leitura pode levar a uma interpretação subjetiva e com relação a tal, gostaria de acrescentar aqui a visão de Halliday & Matthiessen (1999, p.504) ao que se refere à descrição de um sistema semiótico que vem ao encontro do que acabo de dizer. Para os autores, “não há uma ‘única descrição correta’ de um sistema semiótico, ou de qualquer fenômeno que tenha a ver com significado”. Acredito que essa afirmação revela que ao dirigirmos nossa atenção para a análise e descrição de um determinado fenômeno lingüístico, ou seja,

quando desejamos explicar como a linguagem está organizada e como sua organização se relaciona com a função que ela desempenha na vida humana, sempre achamos difícil tornar as coisas claras; e isso deve-se ao fato de estarmos tentando manter duas perspectivas ao mesmo tempo. Uma é a da linguagem como sistema; a outra é a da linguagem como texto (Halliday & Matthiessen, 2004, p.26).

Isto porque a relação entre o sistema e o texto é a da instanciação, o que resulta em uma variação dos tipos de textos de acordo com os valores contextuais, pois “os textos variam de acordo com a natureza dos contextos em que são usados” (Halliday & Matthiessen, 2004, p.27-29) e têm “o poder de criar seu próprio ambiente”. Além disso, muitas vezes, os textos remetem a objetos e eventos que não estão diretamente relacionados com seu ambiente, porque a camada semântica é linguagem que realiza a interface com o mundo não-lingüístico. Nesse sentido, minha análise e descrição alternou a perspectiva, observando o sistema em um determinado momento e o texto em outro, ressaltando sempre de que ponto estava falando em cada momento.

A) Descrição situacional e cultural dos textos

1. O campo do discurso:

Como já mencionado, os artigos de opinião e os editoriais jornalísticos gravitam em torno das manifestações sobre assuntos sócio-políticos, encaminhamento de propostas políticas, posicionamento dos governos federal e estadual, desempenho dos governantes etc.

2. As relações do discurso:

Interactantes envolvidos: dirigentes da nação e de organismos governamentais ou não, representantes do governo e a população em geral.

Em todos os artigos analisados, os jornais têm o status de um avaliador informal (opinante) de desempenho social, ao passo que os seus interlocutores (acima descritos) são os agentes sociais de gerenciamento de instituições diversas cuja atuação é avaliada. E os papéis interacionais exercidos pelos actantes constituem uma díade hierárquica, já que os primeiros têm um certo poder sobre os segundos quanto à censura ou aprovação de seu desempenho social.

3. O modo do discurso:

A linguagem verbal é expressa em textos pelo meio escrito, canal gráfico, razão pela qual não obtêm um retorno imediato por parte do destinatário no processo interativo.

Publicados em destaque, alguns assinados e outros não assinados, os textos analisados configuram-se como opinativos, ou seja, artigos jornalísticos em que se definiram e manifestaram o ponto de vista dos autores e dos jornais (de onde foram extraídos) sobre as questões de maior repercussão no momento em que foram publicados.

Com intenção pretensamente objetiva, os artigos de opinião e os editoriais jornalísticos são escritos com predominância da 3ª pessoa do singular. Além disso, têm caráter eminentemente persuasivo, pois visam a instigar os indivíduos e a coletividade em geral a posicionar-se e agir de acordo com o que foi opinado.

B) Relações entre as opções temáticas e os significados originados

Apesar dos componentes contextuais poderem refletir-se em várias áreas lingüísticas do texto, como por exemplo no léxico, envolvendo as múltiplas funções semânticas da linguagem, analisarei e descreverei apenas as relações existentes entre

aqueles componentes e as características específicas das escolhas relacionadas com o verbo 'ser', atendo-me sobretudo àqueles aspectos que proporcionem algumas visões para a caracterização da função do verbo 'ser' nos artigos aqui analisados.

Nesse sentido, a utilização dos artigos que compõem o *corpus* para a análise e descrição das ocorrências do verbo 'ser' mais uma vez se justifica por prestar-se à análise das formas da linguagem e suas implicações na configuração do sentido do texto, e por representarem uma forma mais espontânea de uso da linguagem, onde há uma liberdade maior de expressão lingüística.

No capítulo seguinte, verificarei então como o verbo 'ser' é usado no material de análise.